

## Economia solidária: mudança social ou alternativa de trabalho?

Aline Suelen Pires<sup>1</sup> e Angelo Martins Junior<sup>2</sup>

### Resenha do livro:

DAL RI, Neusa Maria (org.). *Trabalho Associado, economia solidária e mudança social na América Latina*. São Paulo, Cultura Acadêmica; Marília, Oficina Universitária; Montevidéo, Editorial PROCOAS, 2010.

Ao reunir os principais trabalhos apresentados no terceiro seminário acadêmico internacional do Comitê PROCOAS (Comitê Processos Cooperativos e Iniciativas Econômicas Associativas) da AUGM (Associação de Universidades Grupo Montevidéo), Neusa Maria Dal Ri busca contribuir – por meio de pesquisas realizadas por diversos pesquisadores em diferentes países da América Latina – no avanço na área de estudo sobre trabalho associado e mudança social.

O livro divide os trabalhos em quatro eixos temáticos, ou partes, que passam a questão de uma possível mudança social a partir da formação de um grande número de unidades de trabalho associado (movimento de fábricas recuperadas, cooperativas, economia solidária) que surgiram como resposta ao agravamento das condições de vida dos trabalhadores devido às políticas neoliberais que se espalharam pela América Latina nos anos 90 e início dos 2000. Sendo assim, por meio de textos teóricos e pesquisas empíricas, os artigos se vinculam fortemente ao refletirem em que medida essas experiências de trabalho associado ajudariam a gerar valores solidários em nossa sociedade e

1   Doutoranda em Sociologia na UFSCar.

2   Mestrando em Sociologia na UFSCar.

contribuiriam para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária, sendo esta, para alguns autores do livro, a socialista.

Na primeira parte, *Trabalho associado e mudança social*, os artigos basicamente discutem como as experiências de trabalho associado, as quais tiveram um *boom* na década de 90 e início de 2000, ainda podem ser vistas como embriões de novas formas de produção, organização do trabalho e mercado, dentro agora de um contexto onde tais experiências encontram dificuldades para sobreviver no mercado, ou para manter os ideais solidários principalmente a partir de uma retomada atual da economia latino-americana.

No primeiro artigo, Gabriel Fajn realiza uma análise sobre as empresas recuperadas na Argentina, demonstrando que a ocupação e recuperação como estratégia defensiva para a permanência da empresa e conservação do trabalho é a maior coincidência que se encontra no meio das diversas experiências argentinas. Ao partir deste ponto, o autor demonstra que a recuperação da crise econômica a partir dos anos 2000 amorteceu as propostas de autogestão, perdendo-se muito sua visibilidade pública. Além disso, tais empresas também passam por problemas: organizacionais, onde quadros técnicos vinculados aos saberes da gestão ocupam posições privilegiadas; econômicos, uma vez que produzem mercadorias e as vendem no mercado controlado pelas empresas privadas; e políticos, já que não há a formação de um movimento social homogêneo que aglutine essas experiências de autogestão visando uma transformação social mais ampla. Mesmo assim, o autor afirma que tais experiências mantêm potenciais críticos de um modelo de organização emergente, mesmo que seja de uma forma embrionária e assistemática, uma vez que é baseado na participação democrática dos trabalhadores.

No segundo artigo, Pedro Ivan Christoffoli também aponta alguns problemas encontrados quando este analisa as experiências de trabalho associado da economia solidária brasileira. Para o autor, as empresas passam por situações críticas como conflitos internos, excesso de mão de obra, poucas sobras a serem divididas e repressão estatal. Além disso, quando estas empresas conseguem ser bem-sucedidas economicamente, grande parte se torna empresas capitalistas. A partir disso, Christoffoli faz duras críticas à economia solidária dizendo que esta não pode se tornar um fim em si mesmo, ela necessita ir além da visão econômica de manter o trabalho, tendo sempre como um horizonte o socialismo. Ou seja, tomando como exemplo as experiências de trabalho associado do MST (Movimento dos Sem Terra), o autor acredita que a economia solidária deve ser apenas mais uma ferramenta de organização e luta dos trabalhadores, se vinculando a movimentos sociais mais amplos que visem modificar a ordem

existente, uma vez que as experiências da América Latina mostram os limites quando as iniciativas são puramente econômicas.

Farid Eid, Andréa Bueno Pimentel, Maico Roris Severino e Caio Chiariello também se utilizam de cadeias produtivas agropecuárias do MST, no Estado do Paraná, para demonstrar a necessidade da economia solidária caminhar para além da questão econômica da reprodução simples. Com um discurso menos focado em questões ideológicas, e mais direcionado para técnicas produtivas e organizacionais, os autores utilizam o exemplo da COPAVI-PR (Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória) como um possível embrião de novas formas de produção e organização do trabalho e mercado que poderia construir um tipo de globalização alternativa, onde atores devem estar unidos na ajuda mútua e no controle social de meios essenciais de produção e distribuição. De acordo com esta análise, por mais que a globalização padronize o rural de acordo com as normas e controle das firmas transnacionais sobre a cadeia produtiva, ela também pode oferecer a oportunidade de repensar a diversidade local e ajudar as comunidades a encontrarem novos espaços no mercado em uma economia global. Dessa forma, seria criada uma cadeia produtiva solidária global, onde a cooperação e a democracia devem estar presentes em todos os elos da cadeia produtiva.

Já o artigo de Candido G. Vieitez e Neusa Maria Dal Ri se vincula muito ao artigo de Christoffoli em relação à necessidade dos trabalhos associados irem além da questão econômica e se vincularem a movimentos sociais mais amplos que visem o socialismo. No texto, os autores fazem uma contextualização dos movimentos de luta contra o capitalismo entre as décadas de 70 e o início do ano 2000, período que ficou marcado por um grande refluxo desses movimentos sociais em razão do sucesso do capitalismo neoliberal. Porém, foi neste mesmo período que o trabalho associado passou a adquirir maior empuxe e visibilidade pública, assumindo assim um papel de possível embrião para realizar a mudança social. Contudo, segundo os autores, as organizações de trabalho associado (OTAs) ainda estão sujeitas às leis do capitalismo, servindo apenas como complementaridade da atividade capitalista. Sendo assim, a única forma de transcender quantitativamente e qualitativamente uma situação social de subalternidade ou mera complementaridade seria inserindo as OTAs em movimentos sociais mais amplos que permitam levar adiante a luta do socialismo democrático – a única alternativa compatível com a continuidade da reprodução do gênero humano.

Na segunda parte do livro, *Educação e economia solidária*, o debate dos artigos tem como eixo central a ideia da educação como transformadora da

realidade. A questão da educação popular pensada como um potencial político que traria consciência aos trabalhadores cooperados sobre a sua situação, gerando novos valores e formas de se pensar o trabalho e a educação para além do ensino técnico, perpassa os três trabalhos apresentados neste segundo eixo temático.

No artigo de Roberto Elisalde, o autor demonstra como os movimentos sociais e organizações associativas da Argentina passaram a se organizar em relação à educação frente às mudanças neoliberais. Inspirados na educação popular, os movimentos sociais começam a se responsabilizar pela educação e formação de seus dirigentes, seguindo critérios pedagógicos próprios. Para exemplificar, Elisalde apresenta duas organizações sociais da Argentina que construíram bacharelados em escolas populares para jovens e adultos, sendo estas a fábrica recuperada La Fabrica Ciudad Cultural e a organização territorial El Telar. A ideia central de ambos os projetos está na tentativa de se construir espaços educativos no local de trabalho com o objetivo de autovalorizar a identidade local e desenvolver, na ação, os princípios de autogestão e cooperação social, além de reclamar ao Estado o direito de uma educação pública e popular.

Já no artigo seguinte, Patrícia Leança Adriano realiza uma análise histórica da formação da ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão) no Brasil, a qual surgiu na década de 90 com uma metodologia de assessoria e qualificação para os trabalhadores de autogestão com o objetivo de aglutinar as empresas autogeridas de maneira a potencializá-las como força política e econômica para promover uma nova cultura do trabalho. Em sua análise, Adriano demonstra haver dificuldades em propor uma metodologia para a economia solidária, uma vez que esta engloba uma grande diversidade de experiências que passam por problemas dos mais diversos. A partir disso, a autora propõe algumas estratégias de formação de recursos metodológicos que devem estar presentes nas experiências da economia solidária, como: o direito à informação e à democracia nas decisões; tempo para promover a transformação da heterogestão para autogestão; e a educação deve ser voltada para os problemas do dia a dia do trabalhador, indo além da mera formação técnica. Ao partir destes pontos, novas relações de trabalho seriam disseminadas, fazendo com que homens e mulheres aprendessem a serem donos e sujeitos de sua história, compreendendo, assim, que fazem parte de um movimento que tem o potencial de transformar a atual realidade.

Finalizando a questão da educação, Kelly Pereyra analisa as relações que se estabelecem entre a educação formal, a popular, e a economia solidária em um contexto onde educação se torna um novo campo de luta do movimento social.

Para tal, ela se utiliza das condições de surgimento e construção da escola de formação de professores camponeses do Movimento de Camponeses de Santiago Del Estero/Argentina (MOCASE), o qual é um movimento de base territorial onde prevalecem às relações pessoais existentes entre as famílias. Constituído hoje por mais de 500 comunidades com 8.500 famílias camponesas, o MOCASE teve a iniciativa de criar a sua escola popular com o intuito de ter a educação como parte de um processo social que visa criar um “estilo de vida” que produza e reproduza o modo de vida e a organização camponesa, os quais sempre foram deslegitimados pelos saberes escolares formais. Seguindo essa experiência do MOCASE, a autora acredita que a partir do momento em que a educação passa a ser pensada como um potencial político/popular de caráter emancipador, um novo sujeito político, capaz de transformar sua própria história, é constituído.

A terceira parte do livro, intitulada *Políticas públicas, cooperativismo e economia solidária*, discute algumas maneiras pelas quais a economia solidária é incorporada pelo Estado e tomada como base para a construção de políticas públicas em níveis municipal, estadual ou federal. A partir disso, emerge a discussão sobre a questão do papel do Estado nas experiências de cooperativismo. Se, por um lado, um dos princípios tradicionais do cooperativismo é a autonomia e independência em relação ao Estado e a outras organizações, por outro, o Estado pode ser também um agente fundamental na divulgação, apoio e fomento às iniciativas de autogestão. Assim, somos levados a pensar: em que medida o Estado pode ou deve interferir nas práticas de autogestão?

Em seu artigo, André Ricardo de Souza procura demonstrar como a economia solidária tem se construído, no Brasil, em três diferentes âmbitos: como movimento social, como política pública e como objeto científico. Após definir a economia solidária, identificando suas origens no cooperativismo do século XIX, o autor mostra como ela se desenvolveu no país enquanto movimento social através da participação da Igreja Católica, da criação de fóruns em diferentes instâncias, e da participação do movimento sindical. Demonstra também como se deram as primeiras experiências de inclusão da economia solidária em políticas públicas em prefeituras, e como, aos poucos, ela foi se incorporando na estrutura do Estado até a formação da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Por fim, apresenta a temática como objeto de trabalhos científicos e de eventos acadêmicos, deixando claro o engajamento social da maior parte dos autores que lidam com a economia solidária.

O texto de Edith Guiguet e Gustavo Rossini apresenta a experiência do Programa Federal de Santa Fé, na Argentina, que foi criado para tentar resolver o problema da habitação e ajudar a diminuir o desemprego no país diante do

contexto gerado pela crise dos anos 1990. Nesse programa, os trabalhadores desempregados poderiam se associar em cooperativas para a construção de habitações e outros imóveis, o que lhes proporcionaria alguma renda e contribuiria para amenizar o déficit de moradias no país. O maior problema da experiência, segundo os autores, é que ela não conseguiu ganhar autonomia, ficando profundamente dependente do Estado (em relação a mercado, demandas, financiamento), o que limitou as perspectivas futuras para as cooperativas envolvidas.

Elena Albornoz inicia seu trabalho demonstrando a dificuldade em se definir a economia solidária ou economia social, argumentando que não se pode falar em uma definição única e fechada. A autora retoma os socialistas utópicos e afirma que nosso atual contexto político-econômico é muito semelhante ao daqueles autores, o que favoreceu a recente proliferação de experiências de autogestão. Ela cita a experiência do movimento das fábricas recuperadas na Argentina e demonstra como alguns dos principais problemas para a manutenção das cooperativas é a falta de lei específica e a falta de educação para o cooperativismo, que também poderia ser proporcionada pelo Estado. Por fim, sugere fortemente que o tema seja tomado como política de Estado, tanto no que diz respeito à legislação como no que se refere à capacitação dos trabalhadores na gestão das empresas.

A quarta e última parte que compõe a obra, *Metodologias para a formação de organizações associativas e experiências das incubadoras de cooperativas*, traz as experiências de incubadoras universitárias de cooperativas no Brasil e no Uruguai, discutindo de que maneiras a universidade pode contribuir para a criação, suporte e avaliação das experiências de trabalho cooperativo, integrando pesquisa científica, ensino e extensão, de uma maneira interdisciplinar.

O primeiro artigo, de Ana Lucia Cortegoso, Fabio Ferraz, Ioshiaqui Shimbo e Miguel Gambelli Lucas, apresenta a Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (INCOOP/UFSCar), demonstrando o seu surgimento e evidenciando como ocorre o processo de incubação de cooperativas (sua atividade central), ou seja, quais são os objetivos, métodos e como é realizado o processamento de demandas. Os autores discutem ainda a inserção da INCOOP no movimento mais amplo de economia solidária, e como a incubadora enfrenta uma situação de instabilidade a que está submetida por meio da tentativa de institucionalização na universidade. Por fim, o artigo procura demonstrar a relação da incubadora com os objetivos acadêmicos e ressaltar a importância da sistematização de suas experiências.

De forma semelhante, Miguel Juan Bacic descreve a experiência da incubadora da Universidade de Campinas (ITCP Unicamp). Apresenta o contexto de

criação das primeiras incubadoras universitárias no país e relata qual o papel, o público privilegiado, e os resultados esperados no que se refere à incubadora da Unicamp. A partir disso, o autor foca no processo de formação da incubadora – convênios, parceiras e projetos realizados desde sua criação em 2001 – e na metodologia de incubação utilizada, descrevendo todas as suas etapas e como as equipes de assessoria e formação atuam nesse processo. Por fim, Bacic apresenta um breve perfil dos cooperados e dos resultados obtidos junto às cooperativas incubadas, apontando uma série de pontos positivos das experiências, sobretudo no que se refere à qualidade de vida dos cooperados. O autor ressalta que tais experiências positivas não significam, necessariamente, sucesso econômico, e destaca ainda que o poder público local poderia contribuir de maneira mais efetiva em diversas questões.

O artigo de Maria José Dabezies, Cecília Matonte, Diego Moreno, Anabel Rieiro, Gerardo Sarachu, Cecilia Soria e Milton Torrelli traz a experiência da Incubadora Universitária de Cooperativas (INCOOP) da *Universidad de la República*, em Montevideú, Uruguai. O texto explicita qual o papel e a metodologia utilizada pela incubadora, além de apresentar o caso da URUVEN (Cooperativa Uruguay-Venezuela), uma fábrica recuperada incubada que seria um modelo exemplar a ser seguido, uma vez que esta conseguiu superar os diversos desafios existentes em um processo de incubação. Entre tais processos, os autores destacam a questão da separação entre concepção e execução do trabalho, as formas de gestão, o papel do saber social, e o problema da comunicação, além de salientarem, no final, que a inovação tecnológica é uma questão que deve ser sempre problematizada nas experiências das cooperativas, uma vez que o uso da tecnologia nunca é neutro e pode gerar resultados diversos.

O último artigo do livro, de Fabián Gustavo Tisoccco e Emilio Argentino Soto, apresenta o que os autores chamam de “balanço social”. Este balanço seria uma ferramenta, desenvolvida na universidade, que avaliaria os princípios orientadores do cooperativismo e da responsabilidade social nos empreendimentos de economia social ou solidária. A importância de se manter tal avaliação, segundo os autores, se daria pela necessidade de equilibrar uma gestão que seja economicamente viável, socialmente responsável, e que esteja, ao mesmo tempo, de acordo com os princípios cooperativistas. Como exemplo de utilização dessa ferramenta o artigo apresenta o caso da Cooperativa Eléctrica de Concordia, na Argentina, descrevendo a metodologia empregada no processo de avaliação e quais são os principais obstáculos encontrados para manter tal “balanço social”.

A leitura da obra nos permite entrar em contato com uma riqueza de experiências, o que evidencia a grande diversidade compreendida no conceito de

*economia solidária* ou *economia social*. Podemos notar que existe algo que une os diversos artigos: em geral, os autores tentam mostrar como as iniciativas de autogestão têm a possibilidade e a missão de promover uma efetiva e necessária mudança social. Isso acaba dando um tom à obra, marcado pelo engajamento social e, porque não, político dos autores. Observamos que, para além de trabalhos acadêmicos, há uma preocupação em se pensar formas de orientar a transformação da realidade social.

Tendo a transformação social como objetivo, grande parte dos autores apresentados aqui demonstra que apesar das inúmeras dificuldades que os empreendimentos da economia solidária enfrentam para alcançar um “sucesso” econômico que mantenha a sua sobrevivência, talvez o maior obstáculo ainda seja manter os princípios fundamentais do cooperativismo diante das pressões de mercado e da cultura do assalariamento. Contudo, todo esse quadro analisado nos leva a refletir sobre até que ponto tais princípios fundamentais do cooperativismo realmente já existiram nas experiências da economia solidária brasileira, ou da América Latina, ao passo de afirmarmos que a maior dificuldade estaria em manter tais princípios. Acreditamos que antes de focarmos nossas análises nos laços de solidariedade que se perdem com o avanço econômico da cooperativa, ou a importância da vinculação desta com um movimento social que busque a transformação de toda a sociedade, devemos questionar qual o significado dessas experiências para os atores em si, e se o que buscam é realmente uma nova sociedade marcada por laços solidários, ou a manutenção e reprodução de seu trabalho.

Sendo assim, quando colocamos tais experiências como embrião de uma mudança social, não podemos esquecer que os empreendimentos autogestionários e cooperativas na América Latina se desenvolveram dentro de um contexto de crise econômica. Dessa forma, enquanto para alguns atores e acadêmicos da área da *economia solidária* essas experiências representariam uma nova forma de se alcançar o socialismo, para muitos outros atores envolvidos se tratava fundamentalmente de uma maneira de manter seus postos de trabalho e garantir sua sobrevivência.

### **Como citar esta resenha:**

PIRES, Aline Suelen & MARTINS JR., Angelo. Economia solidária: mudança social ou alternativa de trabalho? *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n. 2. pp. 221-228.